

FICHA DE INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS EM CONTEXTO LABORAL

Unidade Técnico-administrativa da CM-Lagos

A CM-Lagos procede ao tratamento dos dados pessoais dos (as) seus trabalhadores (as) de acordo com as normas aplicáveis no âmbito da proteção de dados ou da segurança da informação em contexto laboral, designadamente, o Código do Trabalho, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a Lei de Proteção de Dados Pessoais, e de acordo com os termos dos contratos de trabalho celebrados, sendo o tratamento de dados realizado nos seguintes parâmetros:

- 1. Responsável pelo tratamento:** Município de Lagos (doravante designado por CM-Lagos), pessoa coletiva n.º 505 170 876, com sede em Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, 8600-293 Lagos, telefone 282 780 990 e endereço de correio eletrónico expediente.geral@cm-lagos.pt
- 2. Contactos do Encarregado da Proteção de Dados:** o responsável pelo tratamento dispõe de um correio eletrónico específico para efeitos de proteção de dados pessoais, estando o Encarregado da Proteção de Dados disponível através do endereço protecaodedados@cm-lagos.pt
- 3. Categorias de titulares de dados:** trabalhadores (as) da CM-Lagos.
- 4. Dados pessoais a tratar:** categorias gerais de dados tais como dados de identificação (nome, estado civil, números de identificação civil, fiscal, de segurança social e de utente de saúde, idade, data de nascimento, naturalidade), dados de habilitações (académicas, técnicas, profissionais), dados de contacto, dados do agregado familiar, dados de formação e dados de desempenho profissional, bem como categorias especiais de dados pessoais, tais como filiação sindical, dados biométricos e dados relativos à saúde.
- 5. Contexto e finalidade do tratamento:** os dados pessoais do (a) trabalhador (a) são tratados com as finalidades inerentes à execução do contrato de trabalho, incluindo o cumprimento das obrigações legais conexas, designadamente de planeamento e organização do trabalho, de igualdade e diversidade no local de trabalho, de saúde e segurança no trabalho, de proteção de pessoas e de bens, para efeitos do exercício e gozo, individual ou coletivo, dos direitos e benefícios relacionados com o emprego, bem como para efeitos de cessação da relação de trabalho, estando as finalidades especificadas no suporte de recolha ou processamento desses dados pessoais.
- 6. Fundamento jurídico:** o tratamento dos dados tem como fundamento a gestão da relação contratual para execução do contrato de trabalho, o cumprimento de obrigações jurídicas de processamento dos dados do (a) trabalhador (a) ou a prossecução de interesses legítimos da CM-Lagos, consoante os casos, podendo, em situações muito específicas e limitadas, normalmente em situações motivacionais, lúdicas ou comunicacionais, ter como fundamento o consentimento do (a) trabalhador (a).
- 7. Consequências do não fornecimento dos dados obrigatórios:** o não fornecimento dos dados de que sejam considerados necessários para a celebração ou execução do Contrato, impossibilita a relação contratual laboral.
- 8. Consequências do não fornecimento dos dados facultativos:** o (a) titular dos dados não está obrigado (a) a permitir o tratamento dos dados de tratamento facultativo, pelo que, não consentindo, ou retirando posteriormente o consentimento previamente prestado, não serão os mesmos objeto de tratamento, sendo, neste último caso, após o pedido, apagados os dados pessoais em referência, ou cancelando-se a respetiva utilização para efeitos acessórios, dependendo da vontade expressa do (a) trabalhador (a), sem afetar, contudo, a legalidade das operações entretanto realizadas até à data da retirada do consentimento.

9. **Destinatários:** o responsável pelo tratamento procede ao tratamento por si (através de profissionais sujeitos à obrigação de sigilo profissional) ou por sua conta, através de subcontratantes credenciados para a prestação de serviços por si selecionados e vinculados a estritas medidas técnicas e organizativas ajustadas à proteção dos dados pessoais.
10. **Medidas de segurança:** estão implementadas as medidas de segurança técnica e organizativa, consideradas adequadas para assegurar um nível de segurança do tratamento dos dados, adequado ao risco.
11. **Local de recolha de dados:** os dados são recolhidos no momento da apresentação da candidatura, no momento da celebração do contrato, ou em momentos posteriores no âmbito da gestão da relação contratual, através dos diferentes canais de atendimento laboral do responsável pelo tratamento, estando garantida a privacidade ou confidencialidade da sua recolha e a respetiva integridade, qualidade e exatidão dos dados.
12. **Prazo de conservação:** sem prejuízo das situações excecionais de prorrogação do prazo de conservação previstos na lei ou consideradas necessárias para a defesa de direitos ou interesses legítimos, os dados pessoais tratados são conservados pelo período necessário à execução ou processamento do pedido, requerimento ou solicitação, findo o qual serão apagados.
13. **Sinalética:** todos os pontos de atendimento onde são realizadas operações de tratamento de dados pessoais estão devidamente sinalizados, com aplicação de sinalética específica com compromisso de proteção de dados no atendimento laboral, estando garantida a transparência e a informação sobre a correta utilização dos sistemas e procedimentos de tratamento de dados pessoais.
14. **Comunicação de dados:** com exceção das situações de obrigatoriedade legal de comunicação de dados, não existem operações de comunicação de dados, não sendo os dados pessoais comunicados a terceiros.
15. **Interconexão de dados e decisões automatizadas:** não são realizadas operações de interconexão de dados pessoais, estando apenas integrados os sistemas de gestão de recursos humanos manual ou informatizada para efeitos de processamento dos dados no âmbito da gestão da relação laboral e sendo apenas realizadas as decisões automatizadas necessárias à execução do contrato de trabalho.
16. **Direitos do (a) titular dos dados:** o (a) titular dos dados tem o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento o acesso, a retificação ou o apagamento dos seus dados pessoais, bem como a limitação ou a oposição ao tratamento e a portabilidade dos dados, nas condições previstas na lei.
17. **Direito de reclamação à autoridade de controlo:** o (a) titular dos dados pode sempre exercer, caso assim o considere necessário, o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados www.cnpd.pt
18. **Endereço para exercício de direitos:** para solicitar qualquer informação, apresentar reclamações ou requerer o exercício de direitos é favor contactar pelo endereço de correio eletrónico protecaodedados@cm-lagos.pt
19. **Política de Proteção de Dados:** as operações de tratamento de dados pessoais são realizadas de acordo com a [Política de Proteção de Dados](#) da CM-Lagos, disponível em www.cm-lagos.pt